

## EDITORIAL

### **A SOLIDARIEDADE COMO VETOR**

A 53ª edição da Revista Do Direito trouxe uma edição especial a fim abrir um espaço de discussão acadêmica a cerca de um princípio que tangencia todos os esses artigos: a solidariedade. Tal axioma foi erigido no movimento do constitucionalismo contemporâneo, no qual se percebeu a necessidade de construir hermeneuticamente um princípio que funciona como um amálgama que une os seres humanos independente de suas origens, nacionalidade, cor de pele, etnia, idade e sexo. Mais do que unir seres humanos, esse princípio também serve para unir nações e gerações, une também áreas do direito que antes eram analisadas em apartado (direito público x direito privado). Não foi por acaso que este tema foi escolhido para a última edição de 2017: deseja-se, com isso, externar o sincero desejo de que 2018 seja um ano repleto de solidariedade em todas as esferas nas quais se puder fazer presente!

Com isso, os trabalhos contemplados na edição temática apresentam esforços em concretizar tal desiderato. Os títulos são: Direito e fraternidade: a dignidade humana como fundamento; A superação da dicotomia público x privado e a concepção solidarista de acesso à justiça no ensino do direito; O direito a ser esquecido; O princípio da boa fé e o princípio da proporcionalidade — o problema das cláusulas abusivas nos contratos com os consumidores entre direito privado e direito público e Panorâmica e extensão da arbitragem voluntária nos domínios administrativo e tributário em angola. Porém a última edição do ano de 2017 não conta apenas com trabalhos que versem sobre o princípio da solidariedade, mas conta com artigos de diversas temática, são eles: Programas sociais, a exclusão social e a vedação ao retrocesso: direitos sociais no brasil em crise; O princípio da subsidiariedade no direito da criança e do adolescente e seu impacto na gestão descentralizada de políticas públicas no brasil contemporâneo; Tratados internacionais em matéria tributária e o art.98 do código tributário nacional; Transnacionalidade, migrações transnacionais e os direitos dos trabalhadores migrantes e Multiculturalismo e Direito no país das minorias invisíveis: fundamentos e proposições para uma nova leitura da identidade constitucional brasileira.

Desejo a todo uma boa leitura!

**Dra. Denise Friedrich**